



EDITORA SCIPIONE S.A.

Demonstrações Financeiras

Individuais em 31 de dezembro de 2016
e Relatório dos Auditores Independentes



EDITORA SCIPIONE S.A.

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e
Relatório dos Auditores Independentes**

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	7
DIRETORIA.....	36

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Editora Scipione S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Editora Scipione S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Editora Scipione S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificações, datado de 28 de abril de 2016.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não

ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)
ATIVO

	<i>Notas</i>	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	44.427	10.716
Contas a receber de clientes	7	41.930	60.110
Estoques	8	43.877	38.726
Impostos a recuperar	9	19.788	14.768
Demais Ativos	10	635	715
Total do Ativo Circulante		150.657	125.035
NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	9	2.782	2.782
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	8.921	11.685
Demais Ativos	10	2	-
Depósitos judiciais	17	644	644
Contas a receber por venda de participação societária	11 e 28	55.815	55.815
Intangível	12	7.213	8.840
Imobilizado	13	6.288	7.394
Total do Ativo Não Circulante		81.665	87.160
Total do Ativo		232.322	212.195

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<i>Notas</i>	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
CIRCULANTE			
Fornecedores e demais contas a pagar	14	19.681	15.136
Fornecedores - Risco Sacado	14.1	43.278	19.508
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	44.155	14.426
Impostos e contribuições a pagar	16	40	186
Total do Passivo Circulante		107.154	49.256
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores e demais contas a pagar	14	8	8
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	169.916	201.373
Provisão para contingências	17	2.001	5.356
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	-	429
Total do Passivo Não Circulante		171.925	207.166
Total do passivo		279.079	256.422
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Atribuído aos acionistas da controladora			
Capital social	21	45.926	45.926
Reservas de capital	22	1.542	4.943
Prejuízos acumulados		(94.225)	(95.096)
Total do patrimônio líquido		(46.757)	(44.227)
Total do passivo e patrimônio líquido		232.322	212.195

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	<i>Notas</i>	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Receita líquida	23	144.182	109.440
Custos dos produtos e serviços	24	(54.105)	(38.516)
Lucro bruto		90.077	70.924
Despesas com vendas	24	(46.202)	(42.666)
Despesas gerais e administrativas	24	(10.796)	(27.654)
Outras receitas (despesas), líquidas	25	588	466
Lucro operacional		33.667	1.070
Receitas financeiras	26	2.395	6.010
Despesas financeiras	26	(36.071)	(31.776)
Variação cambial líquida	26	24	(234)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado de participação societária		15	(24.930)
Resultado da equivalência patrimonial	11	-	(1.454)
Remensuração ao valor recuperável de ativos	11	-	(77.341)
Lucro (Prejuízo) antes do impostos de renda e da contribuição social		15	(103.725)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	27	(2.545)	8.487
Prejuízo líquido do exercício		(2.530)	(95.238)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	Consolidado	
	2016	2015
Prejuízo do Exercício	(2.530)	(95.238)
Outros resultados abrangentes (ORA)	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(2.530)	(95.238)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital			Reservas de lucros		Transações de capital em coligada	Lucros (Prejuízos) Acumulados	TOTAL
			Reserva de capital	Transações de capital com acionistas	Opções outorgadas de ações	Reserva legal	Retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		45.926	698	-	2.533	4.659	3.893	(5.910)	-	51.799
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(95.238)	(95.238)
Plano de opção de compra de ações	20	-	-	-	1.712	-	-	-	-	1.712
Pagamento de dividendos	22	-	-	-	-	-	(2.500)	-	-	(2.500)
Absorção de prejuízos		-	-	-	-	(4.659)	(1.393)	5.910	142	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		45.926	698	-	4.245	-	-	-	(95.096)	(44.227)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(2.530)	(2.530)
Plano de opção de compra de ações	20	-	-	844	(844)	-	-	-	-	-
Realização das opções outorgadas de ações	20	-	-	-	(3.401)	-	-	-	3.401	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		45.926	698	844	-	-	-	-	(94.225)	(46.757)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais)

	<i>Notas</i>	Em 31 de dezembro de 2016	Em 31 de dezembro de 2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(2.530)	(95.238)
Ajustes de:			
Depreciações e amortizações	24	4.162	4.103
Baixa na venda de imobilizado		-	95
Resultado de equivalência patrimonial	11	-	1.454
Provisão para contingências	17	(3.355)	2.052
Imposto de renda diferido	18	2.335	(8.494)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.C	1.872	(502)
Impairment	8	(320)	1.885
Opção de compra de ações	20	-	1.712
Remensuração ao valor recuperável do ativo	11	-	77.341
Amortização custo de transação das debêntures		426	347
Juros e variação cambial, líquida		31.170	29.669
Variação no capital circulante			
Contas a receber de clientes		16.309	11.296
Estoques		(4.832)	(1.483)
Impostos a recuperar		(5.020)	(5.305)
Demais ativos		81	2.613
Depósitos judiciais		-	18
Fornecedores e demais contas a pagar		28.315	(9.534)
Impostos e contribuições a pagar		(147)	(231)
Juros pagos		(31.278)	(21.410)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS		37.188	(9.612)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de:			
Imobilizado	13	(1.347)	(647)
Intangível	12	(82)	(3.532)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(1.429)	(4.179)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	15	(2.048)	(8.697)
Dividendos pagos		-	(3.798)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(2.048)	(12.495)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		33.711	(26.286)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	10.716	37.002
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	44.427	10.716
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		33.711	(26.286)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Editora Scipione S.A. (a "Companhia" e "Editora Scipione") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, tendo como acionista controladora a Somos Educação S.A. ("Grupo"). A Companhia tem como atividade preponderante a edição, publicação, divulgação e comercialização, no atacado ou varejo, de livros e publicações de qualquer natureza, voltados, principalmente, para a educação.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo de R\$ 46.757 (R\$ 44.227 em 31 de dezembro de 2015), especificamente ocasionado pelo resultado da operação descontinuada da Central de Produções GWUP ocorrida ao final do exercício de 2015. Conforme descrito na nota 4, a gestão do capital da Companhia é efetuada de forma consolidada no nível de sua controladora Somos Educação S.A. e desta forma, quando e se necessário, a Companhia conta com o suporte financeiro de sua controladora e de suas partes relacionadas.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2017.

1.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico, como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.

1.3. Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas das avaliações, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

1.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

1.5. Ativos financeiros (não derivativos)

1.5.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos, recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia mantém aplicações em depósitos bancários que se enquadram como caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

1.5.2. Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de

acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia e suas controladas. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

Os empréstimos e recebíveis e os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os custos da transação dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

1.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

1.5.4. Impairment de ativos

a. Ativos mensurados ao custo amortizado

A companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas de *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado pela diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

1.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se substancialmente à comercialização no atacado (mercado público e privado) e varejo de livros (Editoras) voltados para a educação de escolas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). Em geral a PCLD é constituída quando um crédito encontra-se vencido há mais de 90 dias. A Companhia também leva em consideração a análise de perdas históricas e o acompanhamento da situação individual de seus clientes.

1.7. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, considerando o custo e o valor líquido de realização, dos dois o menor, quando aplicável, reduzido pela provisão para obsolescência.

A Companhia efetua provisão para perdas para os produtos acabados e matérias primas com baixa movimentação as quais são analisadas e avaliadas periodicamente quanto a expectativa de realização destes estoques. A Administração avalia periodicamente a necessidade de serem destruídos.

1.8. Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando existe a suspensão da exigibilidade de um tributo ou quando há a impossibilidade de resgate do depósito. Caso contrário, os depósitos são apresentados no ativo não circulante.

1.9. Ativos Intangíveis

Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável dos *softwares* de 3 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis a projetos específicos e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 7 anos.

1.10. Imobilizado

Edificações compreendem ativos fixos mantidos pela Companhia para alocação de suas atividades, composto basicamente pelas unidades próprias de ensino e as sedes de suas unidades corporativas. Máquinas e equipamentos industriais são aqueles mantidos pela Companhia para produção de apostilas do sistema de ensino e livros didáticos. Os equipamentos de informática referem-se aos computadores e servidores mantidos para gerenciamento das informações e banco de dados das unidades operacionais e corporativo.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, como segue:

Categoria	Anos
Edifícios	25
Máquinas e Equipamentos Industriais	3 - 10
Instalações, Outras Imobilizações e Benfeitoria	5 - 10
Móveis e Utensílios, Veículos e Equipamentos de Computação	3 - 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o saldo residual excede o valor recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia, conseqüentemente, foram utilizadas as mesmas taxas de depreciação utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

1.11. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e testados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

1.12. Fornecedores e demais contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

1.13. Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

1.14. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

1.15. Direitos autorais

Os direitos autorais são reconhecidos a débito no resultado no exercício com base nas receitas de vendas dos livros, de acordo com o período de competência, e correspondem à remuneração paga aos autores das obras após o início de sua comercialização. Os saldos de direitos autorais pagos durante a fase de elaboração das obras estão apresentados na rubrica de produtos em elaboração, no grupo de estoques.

1.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias ou prejuízos fiscais e bases negativas possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são utilizados quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

1.17. Benefícios a funcionários

A companhia possui os benefícios abaixo a empregados e não aplica benefícios pós-emprego, exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo, de que trata a CPC 33 (R1). Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

a. Obrigações de aposentadoria (Pensão)

O plano de pensão da Companhia é classificado como contribuição definida, sendo que são pagas contribuições aos planos de pensão administrado pela Abrilprev - Sociedade de Previdência Privada (“AbrilPrev”) em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

b. Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o EBITDA, metas e resultados atribuídos aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

A Companhia oferece aos funcionários participação nos resultados, por meio da Superação, programa de participação nos resultados vinculado ao atingimento de metas pré-estabelecidas.

O reconhecimento desta participação é efetuado mensalmente e revisado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

c. Remuneração com base em ações

A Companhia opera um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais as entidades recebem os serviços dos administradores e empregados da Companhia como

contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido da controladora Somos Educação S.A.. O valor justo dos serviços dos administradores e empregados da Companhia, recebidos em troca da outorga de ações, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante a referência ao valor justo das ações outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de ações cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas (*vesting date*).

Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições de tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

1.18. Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido.

1.19. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

1.20. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a. Receita com venda de produtos

A receita com venda de produtos (livros, apostilas e outras publicações) é creditada ao resultado quando da entrega do produto.

b. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

1.21. Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação do IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge, e que o índice de *hedge* seja o mesmo que a Administração de fato usa para fins de gestão do risco. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção, uma vez que dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro.

. IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o CPC 17 (IAS 11) - "Contratos de Construção", CPC 30 (IAS 18) - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

. IFRS 16 – "Arrendamentos" – Essa nova norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A contabilidade do arrendador permanece

semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 7 – Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- Nota explicativa 8 – Provisão para perdas em estoques
- Nota explicativa 17 – Provisão para contingências
- Nota explicativa 18 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes.

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. Na prática, a Tesouraria Corporativa pode vir a contratar instrumentos financeiros com o intuito de proteger a companhia de riscos de taxa de juros e câmbio.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria Corporativa do Grupo que avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

a. Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i. Riscos de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio da Companhia decorre de operações contratadas em moeda estrangeira, principalmente com fornecedores de tecnologia e de conteúdo editorial, em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possui nenhuma operação a pagar em moeda estrangeira que justifique operações de hedge contratadas para fins de proteção.

ii. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional que estão subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores, principalmente o CDI e TJLP. O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra o risco de volatilidade da taxa de juros. Contudo, as aplicações financeiras, também indexadas ao CDI, mitigam parcialmente a exposição a esse indexador. Há ainda um monitoramento contínuo dessas taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual conveniência da contratação de instrumentos para proteger contra esse tipo de risco.

Os valores de mercado das operações acima mencionadas não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras na data do balanço.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa investidos em instituições financeiras por meio de títulos e valores mobiliários de alta liquidez, e contas a receber de clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos títulos somente de entidades independentes classificadas com grau de investimento em rating local por ao menos uma das três principais agências de risco (Standard & Poor's, Moody's Investor e Fitch Rating).

Em 31 de dezembro de 2016, as taxas pactuadas para as aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado, através da aplicação em um fundo de investimento em cotas de fundos de investimento (FIC) de renda fixa e perfil conservador, baseado principalmente em títulos públicos e papéis de instituições financeiras com grau de investimento. A rentabilidade média do fundo para o período foi de 101,00% da taxa DI. Seu risco de perda de principal é remoto e sua classificação contábil é de curto prazo, uma vez que existe possibilidade de liquidez imediata para a totalidade dos recursos aplicados no fundo, caso necessário.

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso normal de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do saldo de contas a receber de clientes. A Administração mantém provisões para crédito de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c. Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e ao saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros não derivativos, que são mensurados pelo método do custo amortizado. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, acrescidos de reconciliação para os valores registrados no balanço patrimonial consolidado. Para projeção dos fluxos futuros a Companhia se utilizou das taxas médias atuais do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários, ou seja, 13,63 % a.a. (14,14% a.a. em 31 de dezembro de 2015).

<i>Notas</i>	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil	
Em 31 de dezembro de 2016							
Debêntures	15	47.395	110.236	127.136	284.767	(72.955)	211.812
Empréstimos e financiamentos	15	2.299	235	-	2.534	(275)	2.259
Fornecedores e demais contas a pagar	14; 14.1	62.959	8	-	62.967	-	62.967
Em 31 dezembro de 2015							
Debêntures	15	13.472	54.108	270.570	338.150	(126.630)	211.520
Empréstimos e financiamentos	15	2.231	3.337	-	5.568	(1.289)	4.279
Fornecedores e demais contas a pagar	14; 14.1	34.664	8	-	34.672	-	34.672

4. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	<i>Notas</i>	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	16	214.071	215.799
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	6	(44.427)	(10.716)
Dívida líquida		169.644	205.083
Total do patrimônio líquido		(46.757)	(44.227)
Patrimônio, acrescido da dívida líquida		122.887	160.856
Índice de alavancagem (%)		138	127

A companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas líquidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido). O capital é administrado somente no nível consolidado.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, classificados como valor justo por meio do resultado com destaque para as aplicações financeiras e os ativos financeiros, empréstimos e recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, duplicatas a receber de clientes, demais contas a pagar, fornecedores e empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Valor Contábil	Valor de Mercado	Hierarquia de valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo				
Aplicações financeiras	6	43.851	43.851	Nível 2
		43.851		
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	6	576		
Contas a receber de clientes	7	41.930		
Demais ativos	10	637		
		43.143		
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores e demais contas a pagar	14	14.261		
Fornecedores - risco sacado	14.1	43.278		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	214.071	211.236	Nível 2
		271.610		

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Grupo não operou com instrumentos financeiros derivativos.

A IFRS 13 / CPC 46 – Mensuração do Valor Justo define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Ainda de acordo com a IFRS 13, os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e

Nível 3 – Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

b. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em atendimento a Deliberação CVM nº 550/08, a Companhia elaborou um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar impactos no resultado e patrimônio líquido da Companhia, com cenário mais provável segundo avaliação efetuada pela Administração em conjunto com consultores externos, considerando um horizonte de doze meses. Adicionalmente, dois outros cenários foram demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08 de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

Nota	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2016	Ganho (perda)			
		Cenário provável (ii)	Cenário I (iii)	Cenário II (iv)	
Aplicações financeiras	6	44.427	6.055	7.569	9.083
Total dos ativos em CDI		44.427	6.055	7.569	9.083
Debêntures colocadas	15	(211.812)	(32.534)	(39.752)	(46.969)
Dívida total em CDI (i)		(211.812)	(32.534)	(39.752)	(46.969)
Exposição líquida em CDI		(167.385)	(26.479)	(32.183)	(37.886)
Taxa CDI - % a.a		13,63%	14,13%	17,66%	21,20%
Variação da taxa em relação à projeção				25%(iii)	50%(iv)

(i) Não considera o empréstimo BNDES-FINAME, atualizado pela TJLP, no montante de R\$ 2.259 (nota 15) para a qual as projeções indicam manutenção da taxa dos níveis atuais.

(ii) Variação da taxa atual para o cenário mais provável estimado.

(iii) Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 25%.

(iv) Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 50%.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Caixa	137	124
Bancos conta movimento	439	391
Aplicações financeiras (i)	43.851	10.201
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	44.427	10.716

(i) Em 31 de dezembro de 2016, a rentabilidade média das aplicações financeiras para o período foi de 101,00% do CDI. As aplicações financeiras são compostas por aplicações em um fundo de investimento em cotas de fundos de investimento (FIC) de renda fixa e perfil conservador, baseado principalmente em títulos públicos e papéis de instituições financeiras com grau de investimento. Seu risco de perda do principal é remoto e sua classificação contábil é de curto prazo, uma vez que a liquidez é diária para a totalidade dos recursos aplicados, se caso necessário. Em 31 de dezembro de 2015 as aplicações financeiras eram remuneradas à taxa média de 98,61% de variação do CDI.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a. Composição:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Livros didáticos e paradidáticos	43.995	61.046
Outras	108	235
TOTAL DE CLIENTES	44.103	61.281
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.173)	(1.171)
TOTAL DE CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	41.930	60.110

O saldo de contas a receber está integralmente composto por recebíveis no mercado nacional e o seu valor de realização não difere significativamente do valor justo desses ativos.

Em 31 de dezembro de 2016, do total do saldo de contas a receber (comercialização de livros didáticos e paradidáticos), o montante de R\$ 4.010 (2015 - R\$ 23.640) refere-se às vendas ao Governo, substancialmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação – MEC, e a parcela restante refere-se às vendas no mercado privado.

b. Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

Composição	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
A vencer:	41.328	34.615
Vencidas:	2.775	26.666
Até 30 dias	236	13.088
De 31 a 60 dias	55	11.247
De 61 a 90 dias	311	7
De 91 a 180 dias	151	127
De 181 a 360 dias	1.580	1.216
Há mais de 360 dias	442	981
TOTAL	44.103	61.281

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Saldos em 1º de janeiro	1.171	1.673
Adições no período	17.418	2.841
Reversões no período	(15.546)	(2.308)
Perdas Efetivas	(870)	(1.035)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO	2.173	1.171

8. ESTOQUES

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Produtos acabados	20.570	17.697
Produtos em elaboração	14.855	14.262
Matérias-primas	8.227	6.707
Importações em andamento	225	60
TOTAL DE ESTOQUES	43.877	38.726

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía provisão para perdas em estoques de produtos acabados no montante de R\$ 2.523 (R\$ 9.834 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia constitui a provisão para perdas em estoques com base na expectativa de realização destes.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Saldos em 1º de janeiro	9.834	8.359
Adições no período	5.745	3.243
Reversões no período	(6.065)	(1.358)
Perda com estoque	(6.991)	(410)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO	2.523	9.834

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Imposto de renda e contribuição social (i)	7.483	4.745
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	9.576	8.665
Programa de Integração Social - PIS	3.419	2.483
Imposto de renda e contribuição social crédito tributário	449	449
Imposto de renda sobre aplicação financeira	1.597	1.161
Demais impostos	46	47
TOTAL DE IMPOSTOS A RECUPERAR	22.570	17.550
Circulante	19.788	14.768
Não circulante	2.782	2.782

- (i) Correspondem aos valores de prejuízos fiscais e de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados e constituídos em períodos anteriores, retenções na fonte do ano corrente e eventuais antecipações ocorridas neste ano com base em estimativas mensais referentes ao regime de apuração do lucro real anual e relativos a créditos constituídos ao longo deste exercício, atualizados monetariamente, e que serão utilizados para a compensação com tributos federais ao longo dos exercícios seguintes, assim, permitidos pela legislação, de acordo com a política da companhia.

10. DEMAIS ATIVOS

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Adiantamentos a empregados	139	115
Adiantamentos a fornecedores	315	63
Adiantamentos de direitos autorais	110	471
Outros	73	66
TOTAL DEMAIS ATIVOS	637	715
Circulante	635	715
Não circulante	2	-

11. Alienação de Investimento – Central de Produções GWUP

Em 15 de dezembro de 2015, de acordo com fato relevante divulgado pela controladora Somos Educação, foi anunciada a venda da Central de Produções GWUP a terceiro pelo preço de R\$ 398 milhões. Esta operação gerou à Companhia um resultado líquido negativo em 2015 no montante de R\$ 77.341.

Antes da alienação a terceiro, as ações da Central de Produções GWUP em poder da Companhia foi alienada à empresa relacionada Editora Ática S.A. pelo montante R\$ 55.815, gerando um saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2015 e 2016 no mesmo montante.

12. INTANGÍVEL

	Sistemas de Computação	Software em desenvolvimento (i)	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.627	1.379	6	7.012
Adições	3.532	-	-	3.532
Transferência	(1.181)	1.181	-	-
Amortização	(1.704)	-	-	(1.704)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.274	2.560	6	8.840
Adições	82	-	-	82
Transferência	-	(12)	-	(12)
Amortização	(1.697)	-	-	(1.697)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.659	2.548	6	7.213

(i) Refere-se substancialmente a projetos de infraestrutura TI e desenvolvimento de sites e conteúdos.

13. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/15	Adições	Transferência	Depreciações	Saldo líquido em 31/12/16
Edifícios	4%	79	-	-	(8)	71
Instalações	13%	3.492	382	-	(451)	3.423
Máquinas e equipamentos industriais	11%	10	-	-	(6)	4
Móveis e utensílios	10%	506	47	-	(84)	469
Veículos	33%	1.709	-	-	(919)	790
Equipamentos de computação	26%	747	225	-	(588)	384
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% a 20%	866	302	-	(409)	759
Imobilizações em andamento	-	(15)	391	12	-	388
TOTAL IMOBILIZADO		7.394	1.347	12	- 2.465	6.288

	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/14	Adições	Baixas	Transferência	Depreciações	Saldo líquido em 31/12/15
Edifícios	4%	87	-	-	-	(8)	79
Instalações	13%	3.736	163	-	-	(407)	3.492
Máquinas e equipamentos industriais	11%	18	-	-	-	(8)	10
Móveis e utensílios	10%	493	2	-	90	(79)	506
Veículos	33%	2.508	216	(95)	-	(920)	1.709
Equipamentos de computação	26%	1.168	142	-	-	(563)	747
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% a 20%	1.021	115	-	144	(414)	866
Imobilizações em andamento	-	210	9	-	(234)	-	(15)
TOTAL IMOBILIZADO		9.241	647	(95)	-	(2.399)	7.394

A Administração não identificou nenhum indicativo de impairment em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

14. FORNECEDORES E DEMAIS CONTAS A PAGAR

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Fornecedores nacionais	5.376	580
Salários e encargos sociais	8.463	10.423
Direitos autorais a pagar	5.730	3.600
Recebimento antecipado	-	49
Outras contas a pagar	120	492
TOTAL FORNECEDORES E DEMAIS CONTAS A PAGAR	19.689	15.144
Circulante	19.681	15.136
Não Circulante	8	8

14.1. Fornecedores - Risco Sacado

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Fornecedores - Risco Sacado	43.278	19.508

Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, pois as instituições financeiras levam em consideração o risco de crédito do comprador, portanto, neste caso, nós a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 1,2% a.m. (em 31 de dezembro de 2015, essa média ponderada foi de 1,25% a.m.) e o prazo médio de pagamento de 360 dias.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	31 de dezembro de 2015	Baixa do Principal	Baixa de Juros	Provisão de Juros	Custo transação debêntures	Transferência	31 de dezembro de 2016
Circulante							
Debêntures colocadas	12.364	-	(30.821)	30.687	426	29.413	42.069
Em moeda nacional:							
BNDES	2.062	(2.048)	(307)	335	-	2.044	2.086
TOTAL CIRCULANTE	14.426	(2.048)	(31.128)	31.022	426	31.457	44.155
Não Circulante							
Debêntures colocadas	199.156	-	-	-	-	(29.413)	169.743
Em moeda nacional:							
BNDES	2.217	-	-	-	-	(2.044)	173
TOTAL NÃO CIRCULANTE	201.373	-	-	-	-	(31.457)	169.916
TOTAL EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	215.799	(2.048)	(31.128)	31.022	426	-	214.071

15.1. Os empréstimos e financiamentos de longo prazo e as debêntures, em 31 de dezembro de 2016, têm seus vencimentos distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	2016	% sobre total
2018	85.045	50,05%
2019	84.871	49,95%
TOTAL	169.916	100,00%

15.2. Debêntures

Em 31 de outubro de 2014 foi realizada a Segunda Emissão de Debêntures da Companhia, em série única, sob a forma nominativa, escritural e não conversível em ações, nos termos da Instrução CVM 476, no total de 200.000 ao Preço Unitário de R\$ 1.000,00. Os recursos obtidos por meio destas emissões foram destinados ao resgate da totalidade das debêntures em circulação da Companhia e para capital de giro. As emissões da

Editora Scipione S.A. foram destinadas ao aumento de capital da Central de Produções GWUP S.A. que utilizou o recurso para resgate da totalidade das debêntures em circulação da sua primeira emissão.

As principais condições estão descritas nos quadros abaixo:

Debênture Vigente	
Emissora	Editora Scipione S.A.
Emissão	2ª
Data de Emissão	31/10/2014
Vencimento	31/07/2019
Carência	33 meses
Pagamento Remuneração	Juros semestrais
Encargos Financeiros	CDI + 1,70% a.a.
Tipo de Emissão	Pública ICVM 476
Emissão Total (R\$)	200.000
Valor Total de Emissão Debêntures	200.000

Para manutenção das condições contratuais das emissões de Debêntures vigentes citadas acima, a Companhia Fiadora, que é a Controladora Somos Educação S.A., se obriga a manter Índices Financeiros mencionados abaixo, durante o período de vigência das debêntures.

- i. Índice de alavancagem igual ou inferior a 3,5 em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016; 3,0 em 31 de dezembro de 2017 e; 2,5 a partir de 31 de dezembro de 2018 e anos subsequentes. Por Índice de alavancagem entende-se a relação entre a dívida líquida e o Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização Ajustado, incluindo a amortização do investimento editorial e baixas decorrentes de *impairment* de ativo (EBITDA Ajustado). Para aferição do EBITDA Ajustado, deverão ser incorporados os valores correspondentes ao EBITDA referente aos últimos 12 (doze) meses das escolas e sistemas de ensino que tenham sido adquiridos pela Somos Educação S.A. ou por qualquer de suas Controladas diretas ou indiretas, e,
- ii. Índice de cobertura de juros igual ou superior a 2,0 a partir de 31 de dezembro de 2014 e anos subsequentes. Por Índice de cobertura de juros entende-se a relação entre o EBITDA Ajustado e as despesas financeiras líquidas relativas ao período de 12 meses imediatamente anteriores.

Os covenants são calculados anualmente e acompanhados quanto aos cumprimentos de todos os requisitos vigentes mensalmente. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia cumpriu com todos os requisitos vigentes.

15.3. BNDES – FINAME

Em junho de 2012, a Companhia, contratou linha de crédito junto ao BNDES (Finem) e o banco repassador Bradesco no valor de R\$ 23.877, para financiamento dos gastos com Plano Editorial e Impressão com encargos financeiros que variam entre 2,75% e 3,25% a.a. + TJLP + 1% a.a. e vencimento em janeiro de 2018. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo dessa operação é de R\$ 2.259 (em 31 de dezembro de 2015 R\$ 4.279).

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
IRRF	10	83
INSS	48	43
Outros	(18)	60
TOTAL IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	40	186

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda provável, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, de acordo com a natureza dos processos e experiências passadas.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

a. Composição:

Processos	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Trabalhistas	1.313	5.306
Cíveis	688	50
TOTAL PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	2.001	5.356

b. Movimentação:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.306	50	5.356
Atualização monetária e juros	492	89	581
Constituição de provisão	100	557	657
Baixa de provisão:			
- Por pagamento	(143)	-	(143)
- Por reversão	(4.441)	(9)	(4.450)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.314	687	2.001
Contingências	1.384	687	2.071
Depósito Judicial Redutores da Provisão	(70)	-	(70)
TOTAL	1.314	687	2.001

A provisão para contingências é calculada considerando o valor provável para liquidação na data das demonstrações financeiras e, posteriormente, atualizada monetariamente quando aplicável, já estando, portanto, apresentada a valor presente.

A Administração procedeu à atualização das estimativas de perdas com processos baseado em seus assessores jurídicos considerando o objeto e a fase processual das ações.

A natureza das ações pode ser sumariada como segue:

iii. Processos trabalhistas

Não há nenhum processo ou ação individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.

iv. Processos cíveis

Não há nenhum processo ou ação individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.

17.1 Os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são como seguem:

Depósitos judiciais	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Tributários	643	643
Trabalhistas	1	1
TOTAL DEPÓSITOS JUDICIAIS	644	644
Depósitos judiciais	714	714
Depósitos judiciais redutores da provisão	(70)	(70)
TOTAL	644	644

17.2 Na opinião da Administração, todos os processos judiciais e administrativos foram adequadamente provisionados e para aqueles não provisionados, inclusive os processos para os quais a probabilidade de perda é estimada como possível pelos seus assessores jurídicos, a Administração entende que são mais favoráveis as chances de sucesso nesses casos. As contingências em discussão judicial, classificadas como perdas possíveis, não provisionadas, são como seguem:

Processos (Perda Possível)	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Tributários	52.788	43.294
Trabalhistas	4.510	3.338
Cíveis	11.757	34.691
TOTAL CONTINGÊNCIAS POSSÍVEIS	69.055	81.323

Em 31 de dezembro de 2016, parte substancial dos processos tributários com risco possível refere-se a processos administrativos de declaração de compensação de IRPJ, COFINS e de ICMS, no montante de R\$ 27.809.

Em 31 de dezembro de 2016, parte substancial dos processos cíveis com risco possível, no montante aproximadamente de R\$ 11.139 (2015-R\$ 33.683), refere-se a dois processos judiciais relacionados à rescisão contratual com distribuidores.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2016, a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, é a seguinte:

	31 de dezembro de 2016	(Debitado)/ creditado ao resultado	31 de dezembro de 2015
Imposto diferido ativo			
Prejuízos fiscais e base negativa (i)	6.470	(666)	7.136
Provisão para contingências	681	(1.140)	1.821
Provisão para devedores duvidosos	396	338	58
Provisão para participação nos lucros - PLR	231	12	219
Plano de opção de compra de ações	1.557	-	1.557
INSS sobre opções outorgadas	289	-	289
Provisão para gratificação	204	(59)	263
Provisão gastos com reestruturação	-	(185)	185
Perdas em direitos autorais	34	(1)	35
Diferenças temporárias	(941)	(634)	(307)
Apresentação no balanço patrimonial	8.921	(2.335)	11.256
Ativo não circulante	8.921		11.685
(-) Passivo não circulante	-		(429)

- (i) A realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias está relacionada ao período no qual as empresas estimam auferir lucro tributável suficiente para utilização desses saldos, bem como a realização das correspondentes diferenças temporárias que originaram o ativo ou passivo fiscal diferido.

De acordo com a CPC 32, a Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, por meio de estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece os créditos e débitos tributários sobre diferenças temporárias dedutíveis e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. As estimativas dos resultados futuros que permitirão à compensação desses ativos são baseados na previsão orçamentária da Companhia, que é revisada e aprovada pela Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto e outras variáveis. O valor contábil do ativo e do passivo fiscal diferidos é revisado trimestralmente e as projeções revisadas anualmente.

19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

19.1. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

A Companhia é uma das patrocinadoras da entidade de previdência privada denominada Abrilprev Sociedade de Previdência Privada (“Abrilprev”) desde dezembro de 2007, a qual objetiva, principalmente, complementar os benefícios previdenciários oficiais. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuaram contribuições a Abrilprev no montante de R\$ 255 (2015 - R\$ 227). A contribuição pela patrocinadora atualmente é de 3,5930% (2015 – 1,3272%), e o plano é opcional a todos os empregados das patrocinadoras.

O plano de previdência Abrilprev é de contribuição definida, portanto, nenhuma provisão para possíveis passivos atuariais é necessária. Assim que as contribuições são feitas, a Companhia não têm outras obrigações relativas a pagamento adicionais.

20. PLANO DE PAGAMENTO BASEADOS EM AÇÕES

Em 19 de março de 2015, o novo Plano de Remuneração de Pagamento Baseado em Ações foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da controladora Somos Educação S.A. e deferido por meio do Ofício nº 462/2015/CVM/SEP/GEA-1 em 13 de novembro de 2015.

Plano de Remuneração	2014	2015	2016
Data de início da provisão	01/01/2014	01/01/2015	01/01/2016
Data estimada da outorga	31/05/2015	31/05/2016	31/05/2017
Preço de ações na data estimada da outorga - R\$ (i)	12,33	9,47	7,85
Prazos de carência (<i>vesting</i>)	Anualmente por 5 anos a partir de 2015	Anualmente por 5 anos a partir de 2016	Anualmente por 5 anos a partir de 2017
Quantidade de ações outorgadas - Limite anual do Programa	2.612.577	2.612.577	2.612.577
Quantidade transferida até 31/12/2016	879.912	382.600	-
Quantidade a ser transferida nos próximos períodos de <i>vesting</i>	1.732.665	2.229.977	2.612.577

(i) O método utilizado para determinar o valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos para o novo plano é o Black Scholes.

As diretrizes do Programa consideram os instrumentos de incentivo aos administradores e empregados elegíveis, que por meio do atingimento de metas estabelecidas pelo Conselho de Administração receberão pagamentos em ações de emissão da Companhia naquele exercício social, desde que atingidas as metas e condições estabelecidas. O número total de ações incluídas no Programa está sujeito ao limite global de 5% do capital social, no limite de 1% do capital social por ano (5 anos). A efetiva transferência das ações cumprirá as regras estabelecidas no programa, de acordo com os termos e condições definidos para a concessão das ações.

Considerando que a Companhia, subsidiária integral da Somos Educação S.A., é parte do Plano de Remuneração de Pagamento Baseado em Ações, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os diretores da Companhia receberam da controladora Somos Educação S.A. 68.471 ações ordinárias pelo valor histórico de R\$ 717. Em decorrência desta entrega de ações, a companhia, de forma reflexa à sua controladora, registrou um ganho em transações com ações próprias no montante de R\$ 127, apresentadas no patrimônio líquido na rubrica reserva de capital em contrapartida a rubrica Ações Outorgadas também no patrimônio líquido.

A realização do saldo de opções outorgadas de ações no montante de R\$ 3.401 ocorreu, pois em julho de 2016, parte dos funcionários da Companhia que eram elegíveis ao plano de remuneração baseado em ações, passaram a ser diretores estatutários do Grupo, e suas opções outorgadas de ações passaram a serem registradas nas demonstrações financeiras da Controladora Somos Educação S.A..

21. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social é de R\$ 45.926, dividido em 4.592.554.300 ações ordinárias sem valor nominal.

22. RESERVAS

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Reservas de capital	698	698
Transações de capital com acionistas não controladores	844	-
Opções outorgadas (nota 20)	-	4.245
TOTAL	1.542	4.943

23. RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Venda bruta de produtos e serviços, líquidos de devolução	144.261	109.505
Impostos sobre vendas	(79)	(65)
TOTAL RECEITA LÍQUIDA	144.182	109.440

24. DESPESAS POR NATUREZA

O detalhamento das despesas operacionais por natureza é apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2016				31 de dezembro de 2015			
	Custo	Vendas	Administrativa	Total	Custo	Vendas	Administrativa	Total
Depreciações e amortizações	(3)	(1.396)	(2.763)	(4.162)	(10)	(1.420)	(2.673)	(4.103)
Despesas com pessoal	(1.152)	(18.806)	(627)	(20.585)	(1.299)	(16.952)	(11.876)	(30.127)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(38.873)	(321)	(766)	(39.960)	(25.993)	(361)	(861)	(27.215)
Amortização de investimento editorial	(10.770)	-	-	(10.770)	(6.830)	-	-	(6.830)
Serviços de terceiros	(432)	(4.164)	(3.578)	(8.174)	(364)	(4.330)	(3.385)	(8.079)
Fretes	(2.854)	(397)	(1)	(3.252)	(3.975)	(121)	(8)	(4.104)
Manutenção e reparos	(3)	(815)	(4.492)	(5.310)	(24)	(854)	(3.766)	(4.644)
Direitos autorais	-	(10.603)	-	(10.603)	-	(8.521)	-	(8.521)
Comissões	-	(673)	-	(673)	-	(282)	-	(282)
Mídia	-	-	-	-	-	(67)	-	(67)
Eventos e seminários	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)
Promoções	-	(1.041)	(6)	(1.047)	(1)	(739)	-	(740)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.002)	-	(1.002)	-	502	-	502
Aluguel	-	(3.012)	(732)	(3.744)	-	(4.888)	(1.385)	(6.273)
Viagens e representações	-	(1.461)	(21)	(1.482)	(1)	(1.540)	(98)	(1.639)
Processos / Contingências	-	-	3.355	3.355	-	-	(2.597)	(2.597)
Outras despesas, líquidas	(18)	(2.511)	(1.165)	(3.694)	(19)	(3.088)	(1.005)	(4.112)
TOTAL DESPESAS POR NATUREZA	(54.105)	(46.202)	(10.796)	(111.103)	(38.516)	(42.666)	(27.654)	(108.836)

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Aluguéis	5	51
Ganho (Perda) na venda de imobilizado	307	984
Multas fiscais e contratuais	278	(526)
Doações	-	(41)
Outras receitas (despesas), líquidas	(2)	(2)
Outras Receitas (Despesas), líquidas	588	466

26. RESULTADO FINANCEIRO

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
RECEITAS FINANCEIRAS:		
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	1.645	5.045
Juros ativos	740	591
Outros	10	374
TOTAL RECEITAS FINANCEIRAS	2.395	6.010
DESPESAS FINANCEIRAS:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	(31.867)	(30.402)
Juros sobre outros passivos	(15)	(40)
Mútuo	(150)	-
Risco Sacado (i)	(3.361)	(982)
Outros	(678)	(352)
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(36.071)	(31.776)
VARIAÇÕES CAMBIAIS:		
Ganhos cambiais	24	154
Perdas cambiais	-	(388)
TOTAL VARIAÇÕES CAMBIAIS	24	(234)
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	(33.652)	(26.000)

(i) Referem-se substancialmente a juros sobre risco sacado – vide nota explicativa 14.1.

27. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores debitados e creditados na conta imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos constituídos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias, nos resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, compõem-se de:

A conciliação da (despesa) de imposto de renda e contribuição é como segue:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15	(103.725)
Alíquotas oficiais de imposto	34,00%	34,00%
Encargos de imposto de renda e contribuição social	(5)	35.266
Equivalência patrimonial (Nota 11)	-	(494)
Perdas de capital	-	3.293
Reversão de juros financeiros	(2.659)	-
Diferenças permanentes - Remensuração e baixa de investimentos (Nota 11)	-	(29.217)
Outras diferenças permanentes	121	(354)
Outros	(2)	(7)
TOTAL DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.545)	8.487
Imposto de renda e contribuição social corrente	(210)	(7)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.335)	8.494

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

28.1. Transações e saldos:

As transações e saldos que a Companhia efetuou e mantém com partes relacionadas, estão sumariados a seguir:

	31 de dezembro de 2016			
	Circulante		Resultado	
	Contas a Receber	Venda de Participação Societária (i)	Vendas, Custos, Despesas, líquidas	Receitas (despesas), Financeiras, líquidas
Demais Partes relacionadas				
Acel Administração de Cursos Educacionais Ltda. (Sigma.)	61	-	158	-
Colégio Motivo Ltda.	54	-	156	-
Curso PH Ltda.	-	-	3	-
Editora Ática S.A.	14	55.815	(2.694)	-
Sistema PH de Ensino Ltda.	-	-	4	-
Somos Sistemas de Ensino S.A.	-	-	188	(150)
TOTAL DEMAIS PARTES RELACIONADAS	129	55.815	(2.185)	(150)

	31 de dezembro de 2015				
	Circulante			Resultado	
	Contas a Receber	Venda Participação Societária (i)	Fornecedores a Pagar	Vendas (Custos/ Despesas) líquidas	Receitas (despesas), Financeiras, líquidas
Partes relacionadas					
Editora Ática S.A.	9	55.815	84	-	321
Acel Administração de Cursos Educacionais Ltda	15	-	-	-	-
Colégio Motivo Ltda.	7	-	-	-	-
Curso PH Ltda.	-	-	-	5	-
Somos Sistema de Ensino S.A.	-	-	-	165	-
TOTAL PARTES RELACIONADAS	31	55.815	84	170	321

(i) Vide Nota Explicativa 11.

28.2. Remuneração do pessoal chave da Administração:

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por serviços prestados, está apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Salários e encargos	-	990
Participação nos lucros	-	440
Pagamento baseado em ações	-	1.712
TOTAL REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	-	3.142

A partir do exercício de 2016 a remuneração do pessoal-chave da Administração passou a ser paga pela empresa relacionada Editora Ática S.A..

29. SEGUROS

À política da controladora Somos Educação S.A., da qual a Companhia é parte integrante é a de garantir a cobertura por meio de seguros para diversos riscos inerentes à operação de suas empresas.

Para todos os imóveis de propriedade da companhia ou alugados por ela, há uma apólice de Seguro Patrimonial prevendo a cobertura contra incêndios, alagamentos, vendavais, raios, explosões, dentre outros. O limite máximo de indenização (LMI) para esta apólice é de R\$ 300.000, com os devidos sublimites dependendo do imóvel e do tipo de sinistro. Os valores cobertos por imóvel correspondem ao patrimônio total de cada localidade, somando-se o edifício, as máquinas e equipamentos e os estoques.

A companhia possui ainda, apólices para proteção para danos causados a terceiros no curso de suas operações, para cobrir ações contra executivos e administradores, para garantir reparação por danos materiais e corporais em acidentes envolvendo sua frota de veículos e para cobertura de perdas e avarias em suas cargas transportadas. Vale pontuar que todas as apólices de seguros foram contratadas com companhias de seguros do mercado brasileiro.

DIRETORIA

EDUARDO SILVEIRA MUFAREJ

Diretor Presidente

Diretores:

DANIEL CORDEIRO AMARAL

FERNANDO SHAYER

GUILHERME FIGUEIREDO MAIA LUZ

DILSON ZANATTA FILHO
Contador CRC – 1SP248572/O-7